

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.555.645 - SP (2019/0231712-7)

RELATOR : **MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**
AGRAVANTE : CONSTRULEV INDUSTRIA E COMERCIO DE PLASTICOS LTDA
AGRAVANTE : POLYSUL INDUSTRIA E COMERCIO DE PLASTICOS LTDA
AGRAVANTE : POLIMEROS ITAQUERA INDUSTRIAL LTDA
AGRAVANTE : POLYNGA INDUSTRIA E COMERCIO DE PLASTICOS LTDA
ADVOGADOS : CÁSSIO RANZINI OLMOS - SP224137
EMMANOEL ALEXANDRE DE OLIVEIRA - SP242313
AGRAVADO : RONALDO SANTOS DA SILVA
ADVOGADO : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS - SE000000M
INTERES. : DANIELA TAPXURE SEVERINO
ADVOGADO : DANIELA TAPXURE SEVERINO (EM CAUSA PRÓPRIA) -
SP187371

EMENTA

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. HABILITAÇÃO DE CRÉDITO TRABALHISTA PREEXISTENTE AO PEDIDO DE RECUPERAÇÃO, MAS DECLARADO JUDICIALMENTE EM DATA POSTERIOR. NECESSIDADE. PRECEDENTES DA TERCEIRA TURMA DO STJ. AGRAVO CONHECIDO PARA DAR PROVIMENTO AO RECURSO ESPECIAL.

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que não admitiu o recurso especial apresentado por Construlev Indústria e Comércio de Plásticos Ltda. e outras, com base no art. 105, III, *a* e *c*, da Constituição Federal, desafiando acórdão assim ementado (e-STJ, fl. 399):

AGRAVO DE INSTRUMENTO. HABILITAÇÃO DE CRÉDITO TRABALHISTA. INDEFERIMENTO. MANUTENÇÃO. ACORDO HOMOLOGADO NA JUSTIÇA DO TRABALHO. VERBAS DECORRENTES DA RESCISÃO DO CONTRATO DE TRABALHO, O QUE OCORREU APÓS O PEDIDO DE RECUPERAÇÃO. CRÉDITOS DE NATUREZA EXTRACONCURSAL, NOS TERMOS DO ART. 49, CAPUT, DA LEI Nº 11.101/05. PLANO DE RECUPERAÇÃO QUE AFASTA A POSSIBILIDADE DE HABILITAÇÃO DESSES CRÉDITOS. RECURSO NÃO PROVIDO.

Na origem, consta dos autos que o Tribunal de Justiça negou provimento ao

Superior Tribunal de Justiça

agravo de instrumento interposto por Construlev Indústria e Comércio de Plásticos Ltda. e outras para manter a decisão agravada que indeferiu a habilitação do crédito trabalhista.

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados (e-STJ, fls. 442-445).

Nas razões do recurso especial (e-STJ, fls. 406-429), as recorrentes alegaram violação dos arts. 47, 49, *caput*, e 66 da Lei n. 11.101/2005.

Sustentaram, em síntese, a possibilidade de "habilitação dos créditos trabalhistas oriundos de serviços prestados em parte antes do ajuizamento da recuperação judicial, ainda que declarados por sentença posterior", nos termos do disposto no art. 49 da Lei n. 11.101/2005 (e-STJ, fl. 413).

Asseveraram que a habilitação de crédito conta com a concordância do credor e da recuperanda, motivo pelo qual não há impedimento à aludida habilitação de crédito na recuperação judicial, "em atenção ao princípio da preservação das atividades da empresa e à competência do Juízo da recuperação judicial para deliberação sobre atos executórios contra o patrimônio das recuperandas" (e-STJ, fl. 427).

O Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo deixou de admitir o recurso especial (e-STJ, fls. 457-458).

Foi interposto agravo em recurso especial às fls. 460-486 (e-STJ), e contraminuta apresentada às fls. 489-497 (e-STJ).

Em parecer, o Ministério Público Federal opinou pelo conhecimento e provimento do agravo em recurso especial (e-STJ, fls. 507-511).

Brevemente relatado, decido.

Segundo o atual entendimento da Terceira Turma desta Corte, para o fim de sujeição aos efeitos da recuperação judicial nos termos do art. 49, *caput*, da Lei n. 11.101/2005, a constituição de um crédito (ainda que inexigível e ilíquido) pressupõe a existência de um vínculo jurídico entre as partes, não dependendo de provimento judicial que o declare – e muito menos do transcurso de seu trânsito em julgado.

A propósito, confira-se a ementa do precedente desta relatoria, que firmou a

referida tese ao tratar da subordinação à recuperação judicial de crédito trabalhista oriundo de trabalho desempenhado anteriormente ao pedido de recuperação, que, por sua vez, antecedeu à sentença da reclamação trabalhista correspondente:

RECURSO ESPECIAL. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. HABILITAÇÃO DE CRÉDITO TRABALHISTA. DISCUSSÃO QUANTO AO MOMENTO DA CONSTITUIÇÃO DO CRÉDITO TRABALHISTA. RECLAMAÇÃO TRABALHISTA QUE PERSEGUE CRÉDITO ORIUNDO DE TRABALHO REALIZADO EM MOMENTO ANTERIOR AO PEDIDO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL. SUBMISSÃO AOS SEUS EFEITOS, INDEPENDENTE DE SENTENÇA POSTERIOR QUE SIMPLEMENTE O DECLARE. RECURSO ESPECIAL PROVIDO.

1. Estão sujeitos à recuperação judicial todos os créditos existentes na data do pedido, ainda que não vencidos (art. 49, caput, da Lei n. 11.101/2005). 1.1 A noção de crédito envolve basicamente a troca de uma prestação atual por uma prestação futura. A partir de um vínculo jurídico existente entre as partes, um dos sujeitos, baseado na confiança depositada no outro (sob o aspecto subjetivo, decorrente dos predicados morais deste e/ou sob o enfoque objetivo, decorrente de sua capacidade econômico-financeira de adimplir com sua obrigação), cumpre com a sua prestação (a atual), com o que passa a assumir a condição de credor, conferindo a outra parte (o devedor) um prazo para a efetivação da contraprestação. Nesses termos, o crédito se encontra constituído, independente do transcurso de prazo que o devedor tem para cumprir com a sua contraprestação, ou seja, ainda, que inexigível. 2. A consolidação do crédito (ainda que inexigível e ilíquido) não depende de provimento judicial que o declare e muito menos do transcurso de seu trânsito em julgado, para efeito de sua sujeição aos efeitos da recuperação judicial.

2.1 O crédito trabalhista anterior ao pedido de recuperação judicial pode ser incluído, de forma extrajudicial, inclusive, consoante o disposto no art. 7º, da Lei 11.101/05. É possível, assim, ao próprio administrador judicial, quando da confecção do plano, relacionar os créditos trabalhistas pendentes, a despeito de o trabalhador sequer ter promovido a respectiva reclamação. E, com esteio no art. 6º, §§ 1º, 2º e 3º, da Lei n. 11.101/2005, a ação trabalhista que verse, naturalmente, sobre crédito anterior ao pedido da recuperação judicial deve prosseguir até a sua apuração, em vindoura sentença e liquidação, a permitir, posteriormente, a inclusão no quadro de credores. Antes disso, é possível ao magistrado da Justiça laboral providenciar a reserva da importância que estimar devida, tudo a demonstrar que não é a sentença que constitui o aludido crédito, a qual tem a função de simplesmente declará-lo.

3. O tratamento privilegiado ofertado pela lei de regência aos créditos posteriores ao pedido de recuperação judicial tem por propósito, a um só tempo, viabilizar a continuidade do desenvolvimento da atividade empresarial da empresa em recuperação, o que pressupõe,

Superior Tribunal de Justiça

naturalmente, a realização de novos negócios jurídicos (que não seriam perfectibilizados, caso tivessem que ser submetidos ao concurso de credores), bem como beneficiar os credores que contribuem ativamente para o soerguimento da empresa em crise, prestando-lhes serviços (mesmo após o pedido de recuperação). Logo, o crédito trabalhista, oriundo de prestação de serviço efetivada em momento anterior ao pedido de recuperação judicial, aos seus efeitos se submete, inarredavelmente.

4. Recurso especial provido.

(REsp n. 1.634.046/RS, Relatora Ministra NANCY ANDRIGHI, Relator p/ Acórdão Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 25/4/2017, DJe 18/5/2017 - sem grifo no original).

No mesmo sentido:

RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE COMPENSAÇÃO POR DANOS MORAIS. DEVEDOR EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICCIONAL NÃO VERIFICADA. CONSTITUIÇÃO DO CRÉDITO. EVENTO DANOSO OCORRIDO EM MOMENTO ANTERIOR AO PEDIDO RECUPERACIONAL. SUBMISSÃO AOS SEUS EFEITOS. SENTENÇA CONDENATÓRIA PROFERIDA POSTERIORMENTE. IRRELEVÂNCIA.

1. Ação ajuizada em 20/5/2013. Recurso especial interposto em 27/9/2017 e concluso ao Gabinete em 8/3/2018.

2. O propósito recursal é definir se o crédito de titularidade das recorridas, decorrente de sentença condenatória transitada em julgado após o pedido de recuperação judicial do devedor, deve sujeitar-se ao plano de soerguimento.

3. Devidamente analisadas e discutidas as questões controvertidas, e suficientemente fundamentado o acórdão recorrido, não há como reconhecer a ocorrência de negativa de prestação jurisdiccional.

4. Para os fins do art. 49, caput, da Lei 11.101/05, a constituição do crédito discutido em ação de responsabilidade civil não se condiciona ao provimento judicial que declare sua existência e determine sua quantificação. Precedente.

5. Na hipótese, tratando-se de crédito derivado de fato ocorrido em momento anterior àquele em que requerida a recuperação judicial, deve ser reconhecida sua sujeição ao plano de soerguimento da sociedade devedora.

6. Recurso especial provido.

(REsp n. 1.727.771/RS, Relatora Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 15/5/2018, DJe 18/5/2018 - sem grifo no original).

Ao julgar o agravo de instrumento, o Tribunal de origem consignou os seguintes fundamentos (e-STJ, fls. 400-401 - sem grifo no original):

Superior Tribunal de Justiça

I) Anota-se que o pedido de recuperação judicial foi formulado pelas ora agravantes em 22/01/2014 e o plano foi homologado em 07/07/2015 (fls. 2.029/2.031 dos originais).

A presente habilitação refere-se a crédito decorrente de acordo firmado em reclamação trabalhista em 25/08/2016 (fls. 39/40 dos originais).

O vínculo empregatício com o agravado perdurou entre 21/03/2005 a 03/05/2016 (fls. 22 dos originais).

II) Em que pese o inconformismo das recuperandas contra a r. decisão que indeferiu o pedido de habilitação do crédito, o presente agravo não comporta provimento.

Isso porque, nos termos do art. 49, caput, da Lei nº 11.101/05, “estão sujeitos à recuperação judicial todos os créditos existentes na data do pedido, ainda que não vencidos”, o que não é o caso do crédito do agravado Ronaldo Santos da Silva.

Embora a relação trabalhista com as recuperandas tenha iniciado antes do pedido de recuperação, anota-se que o acordo em questão diz respeito a verbas trabalhistas decorrentes da rescisão do contrato de trabalho e outras verbas a partir de 2015 (conforme se observa às fls. 05/16 dos originais), de modo que os fatos geradores do crédito perseguido são posteriores ao pedido de recuperação.

Logo, esses valores possuem natureza extraconcursal, devendo ser perseguidos pelas vias próprias, conforme previsto especificamente na cláusula 8.5 do próprio plano de recuperação (fls. 1.248/1.338 e 1.661/1.672 dos originais) aprovado pelos credores a ele submetidos:

“8.5. CREDITORES NÃO SUJEITOS.

Este Plano não contempla proposta específica para os Créditos não sujeitos aos efeitos da recuperação judicial, por força do artigo 49 da LRF. Os mesmos serão negociados individualmente de acordo com a particularidade de cada crédito, porém no fluxo de caixa projetado, conforme anexo I, já estão provisionadas verbas para os pagamentos destes créditos.” (fls. 1.271 dos originais)

Anota-se, também, que tal cláusula 8.5 não foi alterada no aditivo ao plano de recuperação juntado às fls. 1.661/1.672 dos originais.

Desse modo, verifica-se que o acórdão recorrido julgou em desconformidade com a jurisprudência desta Corte, sendo imperiosa a sua reforma.

Ante o exposto, conheço do agravo para dar provimento ao recurso especial, para que o crédito trabalhista seja incluído na recuperação judicial.

Publique-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 19 de novembro de 2019.

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator

